



SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

ATA DA REUNIÃO – COE - 29/04/2020

Reunião realizada no dia 29/04/2020, às 14:30 minutos, por web conferência, iniciada a leitura da Ata da reunião do dia 22/04/2020. Magna Maria de Carvalho, (Gerente da Vigilância Epidemiológica/SUVISA), apresentou a situação epidemiológica da COVID-19, da COVID-19, no mundo, no Brasil e em Goiás. Com relação aos óbitos a diferença dos registros em cartórios e do sistema Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), ressaltou da mudança do Ministério da Saúde (MS) quanto a digitação das fichas no sistema pelos municípios que era é em até 60 (sessenta) dias, o prazo máximo passará para 1 semana, com esse novo formato os dados ficarão mais fidedigno, o MS enviará Nota Técnica. Professor Marcos Lopes de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Educação Física, relatou documentos do SESI e do estado do Mato Grosso do Sul, quanto a liberação do funcionamento das academias; papel do educador físico na Atenção Básica, e que medidas a serem seguidas na prevenção e controle da Covid-19 para o retorno das academias. Flúvia (Suvisa) coloca como funciona as deliberações do COE e que as medidas adotadas foram no conceito da essencialidade do serviço e são repassadas ao Secretário da Saúde e ao Governador para as tomadas de decisões. Professora Cristiana Toscano/UFG reforça o estudo e escalonamento do aumento dos casos e que dependerá do isolamento social, no momento não é prudente a flexibilização para o retorno das academias. O presidente do Conselho refere que foi liberado o funcionamento de estúdios de pilares para os fisioterapeutas e para os educadores físicos não foi permitido. Dr^a Karina De Abruzzo/Ministério Público (MP), trás o retorno da reunião com a equipe de trabalho da educação (Ministério Público, Secretaria da Educação com a Superintendente da SUVISA), e que o retorno das aulas somente será em agosto. Doutora Cristiane diz que esse tempo é para organização do retorno das aulas, a Secretária de Educação, Fátima Gavioli, relatou a forma de ensino e as dificuldades no ensino público, refere que a educação está sem apoio do Ministério da Educação. Flávio Castro, Presidente do Conselho Estadual de Educação, discorreu sobre o funcionamento do calendário escolar quanto a previsão



de férias. Ele tem convicção de que as aulas serão as últimas a voltarem, que se o retorno for em agosto, terá que estender até o próximo ano, e que existem pedidos para o retorno em junho, e solicita proximidade da saúde e educação para apoio e definição. Professora Cristiana fala de incorporação da modelagem, no momento não temos como afirmar se o retorno será em junho; São Paulo retornará aulas de forma escalonada previsão para junho. Luciana Vieira, Subsecretária/SES, agradece a parceria da Secretaria da Educação, considerando o cenário atual, acredita que não será viável o retorno em junho, não temos segurança considerando que a maioria dos professores fazem parte do grupo de risco, e nossa cultura é de toque. Flúvia (Superintendente) reforça ao Conselho de Educação Física, que precisa aguardar o cenário epidemiológico nos próximos 10 dias. Dr^a Karina propõe o não retorno das aulas presenciais no mês de junho ou rever o cenário, dependendo propor retorno para julho. Professora Cristiana propõe trazer mais dados dos estudos, para subsidiar na tomada de decisões, para reavaliação daqui 15 dias. Dr^a Luciana pede cautela e aguardar reavaliação. Osvanyr Gundim/SEE acredita que não é viável o retorno antes de 15 dias. Rita de Cássia/SEE também pede reavaliação para daqui 15 dias. Magna retorna a apresentação da situação epidemiológica, avaliando que a média diária é de 50 casos, reforça a mudança das notificações de óbito no SIM. Flúvia e Dr^a Karina pedem que a Nota Técnica do MS referente aos óbitos, seja disponibilizada aos promotores dos municípios. O aumento dos casos de SRAG devido ao Covid-19 está elevando, devido a definição de caso está mais sensível. Representante da ABIN solicita informações sobre casos recuperados. Magna propõe para o COE que possamos trabalhar somente com a automatização do boletim, com data/prazos para os municípios fazerem a correção no mesmo. Flúvia pede parecer do COSEMS. Jaqueline/ COSEMS, refere que colocará em reunião do Conselho. Professor João Bosco questiona se o sistema do MS hoje atende a necessidade. Magna refere que em partes, mas é o que temos. Professora Cristiana levanta problemas: óbitos com registro nos cartório, preenchimento. O Jaqueline/COSEMS diz que o sistema tem problemas e os 3 sistemas que tem que integrar, ou trabalhar com um sistema da SES que dê condições para exportação para o banco de dados do MS, pede informações quanto a dados dos inícios dos sintomas, internações, óbitos e comorbidades. Dr^a Luciana/Subsecretária, diz que teremos uma força tarefa para limpeza das planilhas dos bancos de dados e a decisão de trabalhar em banco paralelo, alguns Estados estão com problemas, quem alimenta os sistemas são as pessoas, tem denúncias que os prefeitos não



querem que notifica. Ofício da SES para as SMS, reforçando quanto a importância das notificações e preenchimento dos dados, que a equipe de TI tem capacidade para estabelecer o sistema. Magna propõe a migração do sistema e automatização dos dados. Tatiana/GVE/Suvisa relata problemas nas notificações do SIVEP para correções junto aos municípios, e que tem que agilizar as correções. Flúvia pede para as instâncias reforçar junto aos municípios que insiram dados nos sistemas. Jaqueline/COSEMS afirma que estão trabalhando essa questão junto aos municípios. Quanto a atividade odontológicas, Deputado Virmondes Cruvinel, relata o contexto da odontologia na epidemia. Vinícius/LACEN, faz uma avaliação conjunta dos testes rápidos e insumos. Todos os testes credenciados na Anvisa e INCQS somente para auxílio diagnóstico, não tem dado a resposta que necessitamos. Uma outra questão do LACEN: não tem recebido 80 amostra/dia, e que tem 1.200 kits espalhados no Estado que não tem retornado, que os resultados liberados de 24 a 48 horas, chegarão mais 5 mil testes do MS. Como proposta: 1) Ampliar teste rápido; 2) Amostra de testes que estão paradas nas Regionais, aplicar nos profissionais de saúde. Flúvia propõe ampliar para idosos e segurança o envio de teste PCR. Os testes rápidos podem dar diagnósticos desde que seja os enviados pelo MS. Sandro/SAIS, refere que não seria prudente enviar os testes rápidos aos municípios aplicarem os testes. Magna refere que Superintendente já solicitou o levantamento das regiões com casos suspeitos. Professor João afirma que os testes rápidos não dá diagnóstico isoladamente, que tem que ter clínica avaliada por um médico e serve no auxílio diagnósticos. Dr^a Luciana diz que já foi liberado para o inquérito. Dr^a Cristiana sobre o teste rápido para aplicar na população privada de liberdade, é uma preocupação com o uso do teste para este fim de diagnóstico, preocupação com grupo alvo, período e interpretação. Jaqueline/COSEMS, pede agilização nos encaminhamentos para o uso dos testes, já foi pactuado em CIB, e que seria distribuído aos municípios. Magna refere que tem no boletim que após o 10º dia a sensibilidade é melhor. Propõe uso do teste rápido no sistema prisional, realizar um protocolo e ainda uso de teste rápido em contatos de casos positivos assintomáticos. Dr^a Luciana propõe colocar no documento o intervalo. Professor João diz que o resultado tem que ser interpretado pelo médico. Sandro/SAIS, propõe a distribuição dos testes por macro região para a realização do inquérito. Yves Mauro (SMS Goiânia), sobre o inquérito em Goiânia: aguardando retorno da regional de saúde, não foi comunicado do inquérito. Proposta de Portaria para Coordenador do inquérito. Luciano, Regulação de Aparecida de Goiânia, informa



que os testes foram repassados sem informações para o uso, e que já iniciarão os testes na próxima semana, somente aguardando a distribuição, e que a equipe já está pronta. Dr^a Luciana informa que já havia repassado às regionais a distribuição dos testes para inquérito populacional e que os ofícios já foram enviados desde sexta-feira. A informação era que Goiânia já iniciara. Yves informa que Goiânia não recebeu. Sandro, sobre o uso de teste rápido em profissionais de saúde, população carcerária. Professor João diz que tem que ter oferta maior de testes, para populações específicas é extremamente importante, bem como o desenho para os profissionais de saúde de Goiânia. Proposta de realizar inquérito. Proposta do Vinícius para realizar PCR para profissionais de saúde independente dos sintomas. Aparecida de Goiânia já está usando, e estão considerando a data de contato e período de incubação de 3 a 7 dias. E são 7 dias de atestado para os profissionais que tiveram contato. Professor João propõe usar os 2 testes (PCR e teste rápido). Dr^a Luciana propõe trabalhar subgrupos: profissionais de saúde, segurança e privados de liberdade; Magna coordenar os grupos. Habilitação provisória de 3 meses, Goiânia, Porangatu e Catalão. Foi habilitado HUGO, e estão propondo para habilitar HUANA. Cristina do MS participará da habilitação junto à SES. Dr^a Karina, propõe Hospital de Campanha para habilitação no MS. Luciana/COREN informou que o COFEN está realizando boletim situacional dos profissionais de enfermagem suspeitos e confirmados. Goiás tem 54 profissionais contaminados, 22 positivos e 1 com diagnóstico para COVID e que o COREN está recebendo denúncias de coação com ameaças de desligamento da instituição. Foram fiscalizados 50 municípios quanto EPI's e a maioria das instituições tem plano de contingência, reforça a importância do COREN no esclarecimento junto aos profissionais. Nada mais tendo a discutir, foi encerrada reunião as 19:00h.